



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA AGRICULTURA – C N A
Filiada na Coordenadora Agrícola Europeia, CPE (BRUXELAS)

À COMUNICAÇÃO SOCIAL :

ORÇAMENTO DA UNIÃO EUROPEIA, PERÍODO 2007 – 2013

GOVERNO NÃO PODE ACEITAR PROPOSTAS DE REDUÇÃO DE VERBAS PARA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

O chamado “Compromisso da Presidência Luxemburguesa” já era mau para Portugal : - previa menos orçamento geral da União Europeia e menos verbas para Portugal (menos 15% do que no actual período 2000-2006).

Entretanto, o Reino Unido apresentou uma proposta que, não “contente” com a anterior Presidência da UE, ainda agravou a situação : – em vez das contribuições de 1,06% do Rendimento Nacional Bruto para o orçamento da U.E., propõe uma redução para 1,03%, o que se traduz numa diminuição em 25 mil milhões de euros do orçamento para 2007 – 2013. Ao mesmo tempo que procura garantir, quase igual, o famoso “cheque britânico” (receber, devolvidos do orçamento da U.E., 2/3 de sua contribuição líquida).

No “corte” dos 25 mil milhões de euros, incluem-se menos 7 mil milhões de euros para o Desenvolvimento Rural na U.E. -- a 15 Estados-Membro, sendo que a UE, agora, já está com 25 -- o que iria prejudicar ainda mais Portugal.

A mesma proposta pretende, ainda, que a verba para Despesas Agrícolas, na U.E. a 25 países, seja a mesma para a U.E. a 27 (com a adesão da Bulgária e da Roménia em 2007), o que representaria mais um “corte” para Portugal, entre outros países.

Dá uns “rebuçados” aos 10 Estados-Membro que entraram ultimamente, como seja a diminuição da comparticipação nacional nos investimentos de 25 para 15% ao mesmo tempo que lhes corta 14 mil milhões de euros nos Fundos Estruturais.

É SEMPRE MÁ E INACEITÁVEL QUALQUER PROPOSTA QUE REDUZA VERBAS PARA PORTUGAL

Convém entretanto recordar que desde 1992, em todas as mais importantes negociações da PAC ou da OMC, Organização Mundial do Comércio, sempre os Governantes europeus e nacionais “garantiram” que as baixas (políticas) de preços à produção -- que impuseram por várias vezes e sempre contra a vontade da maioria dos Agricultores -- que essas baixas de preços à produção seriam compensadas pelas ajudas ao “desenvolvimento rural”. Portanto, virem agora aplicar “cortes” nessas verbas, também significa, da parte dos Governantes, a quebra de um compromisso institucional para com os Agricultores.

Por todas estas razões, e perante a ameaça da Presidência Britânica, o Governo Português não pode aceitar, na cimeira de 15 e 16 de Dezembro, qualquer proposta de redução das verbas, sob o risco de agravar, ainda mais, a já muito difícil situação da Agricultura e dos Agricultores Portugueses, nomeadamente da Agricultura Familiar e do Mundo Rural.

O Governo Português pode (e deve) apresentar alternativas:

E se o problema é o da “falta de verbas”, então que se aprove na UE uma verdadeira Modulação e um Plafonamento das Ajudas Directas da PAC, assim também impedindo a continuação do escândalo em que uma minoria de grandes Agricultores e da grande Agro-Indústria, recebe a esmagadora maioria dos dinheiros públicos destinados à Agricultura. Aliás, uma situação que foi agravada com a última Reforma da PAC e a imposição – outra vez contra a vontade da maior parte dos Agricultores e das Organizações Agrorurais – do injusto e inconveniente RPU, Regime de Pagamento Único, com Ajudas Desligadas da Produção ou seja, permitindo que se receba ajudas sem a obrigação de produzir.

Tal como a CNA vem propondo desde há já vários anos, a Modulação (escalonamento das Ajudas) e o Plafonamento (tectos ou limites máximos de Ajudas, por Agricultor) são formas simples e justas de conseguir “economias” orçamentais e de permitir uma redistribuição de verbas pela Agricultura Familiar e Mundo Rural.

Coimbra, 13 de Dezembro de 2005
A Direcção Nacional da C N A